



PROGRESSO E REVERSO: QUANDO BILAC VIAJOU AO CURRAL DEL REI

PROGRESS AND REVERSE: WHEN BILAC TRAVELED TO CURRAL DEL REI

João Pedro de Carvalho*

* joaopedro15822@gmail.com

Doutorando e Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

RESUMO: este artigo investiga dois trânsitos. O deslocamento dos moradores do Curral del Rei, cujas casas foram desapropriadas para a construção de Belo Horizonte, é o primeiro deles. O segundo refere-se à expedição empreendida por Olavo Bilac, que viajou aos sertões mineiros para conhecer o antigo arraial. O resultado dessa aventura foi a crônica “Belo Horizonte – a nova capital de Minas”, publicada em 1894, e ainda pouco apreciada pela crítica do poeta. Trata-se de um misto de narrativa odepórica e corográfica, que, por admirar um Brasil sertanejo e suas populações, destaca-se como um trabalho de exceção na obra de Bilac, tão conhecido por advogar, em suas crônicas, pela “modernização” do país. “Belo Horizonte – a nova capital de Minas”, embora apresente vocações literárias, é também um documento valioso sobre a vida no Curral del Rei, uma vez que se trata de um dos poucos textos que tematizaram a ancestral de BH. Ela serve, portanto, como fonte para aqueles que desejam investigar os antecedentes e a origem da capital mineira.

PALAVRAS-CHAVE: Olavo Bilac; Curral del Rei; Belo Horizonte; Romantismo; Literatura brasileira.

ABSTRACT: this article investigates two transits. The displacement of residents of Curral del Rei whose homes were expropriated for the construction of Belo Horizonte is the first of these. The second refers to the expedition undertaken by Olavo Bilac, who traveled to the backlands of Minas Gerais to discover the old village. The result of his adventure was the chronicle “Belo Horizonte – the new capital of Minas”, published in 1894 and still insufficiently appreciated by the poet’s critics. It is a mix of odeporic and chorographic narrative, which, by admiring the Brazilian backlands and its populations, stands out as an exceptional essay in Bilac’s work, so well known for advocating, in his chronicles, for the “modernization” of the nation. “Belo Horizonte – the new capital of Minas”, despite its literary vocations, is also a valuable document about life in Curral del Rei, since it is one of the few texts that focus on the ancestor of BH. Therefore, it serves as a source for those who wish to investigate the background and origin of the capital of Minas Gerais.

KEYWORDS: Olavo Bilac; Curral del Rei; Belo Horizonte; Romanticism; Brazilian literature.

A MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS

Após a Abolição, houve forte pressão para a queda do Imperador. Embora o 13 de Maio o tivesse tornado mais popular entre os recém-libertos, para as oligarquias e para a *intelligentsia* nacional, a Monarquia estava fortemente associada aos tempos coloniais, tempos do patriarcalismo, da escravidão e do poder quase irrestrito da Igreja, elementos que seriam prejudiciais à modernização do país. Segundo esses grupos de tendências mais europeizantes, para o Brasil se modernizar e se industrializar, não bastava a substituição do modelo de produção servil pelo assalariado. Ainda era necessário substituir um sistema de governo sustentado por princípios religiosos medievais por um sistema moderno, laico. Era preciso valorizar, em oposição ao obscurantismo e ao misticismo da religião, a razão científica, pois somente esta seria capaz de descobrir e demonstrar as “leis do progresso”. E, se o hábito faz o monge, para se desenvolver por aqui uma mentalidade moderna e racional, era necessário construir um país com aparência moderna, afrancesada, conforme demonstrou José Murilo de Carvalho (2017), em *A formação das almas*.

Nesse contexto ideológico, os grupos que se assenhorraram do poder após o Quinze de Novembro assumiram a tarefa de modernizar as cidades que ainda apresentavam feições coloniais, como se viu no governo de Pereira

Passos (1902-1906), no Rio de Janeiro, e em muitos outros projetos de remodelação urbana Brasil afora. Um país moderno deveria ter ares franceses ou ingleses, e não ibéricos, “caboclos” ou “orientais”. Logo, reformas na arquitetura e no urbanismo tinham como missão difundir a imagem de uma nação cujo estilo de vida havia se tornado urbano e burguês, uma nação que já não era mais a colônia, marcada pelo patriarcalismo rural, pela escravidão e pela religiosidade.

Gilbertou Freyre (2004), em *Sobrados & mucambos*, descreveu que, em diferentes partes do país, antigos sobrados de influência moura foram derrubados, e foram arrasados becos escuros e enlameados, por onde os negros andavam, mas que eram considerados intransitáveis pelos mais abastados devido ao medo de assaltos e à imundície. No caso do Rio de Janeiro, foram expulsas as lavadeiras negras dos chafarizes, os pobres dos cortiços, assim como os “turcos” e os ciganos dos quiosques, o que levou Machado de Assis¹ a protestar em uma crônica, publicada em 1893 (mesmo ano em que Bilac foi ao Curral): “lá vão os quiosques embora. Assim foram as quitandeiras crioulas, os turcos, os engraxates de botas, uma porção de negócios que nos davam certa feição levantina. Ganhem desde logo ir mudando de aspecto porque tais cidades [...] não tem aspecto polido”. Enquanto o Bruxo do Cosme Velho

1. ASSIS, Machado. A semana. *Gazeta de Notícias*. 16 de abril de 1893.

desaprovou o fim dos ambientes mais orientais do Rio, Lima Barreto (1956, p. 204-205), por sua vez, avaliou o caráter racista da nova paisagem, que tão somente emulava modelos europeus de sociedade, desconsiderando aspectos locais:

projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas squares, delineavam-se palácios e, como complemento queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra.

Os sentimentos de racismo, de etnocentrismo e também de classismo que orientaram o novo planejamento urbano propiciaram o continuísmo ou a acentuação da segregação de raças e de classes, já agudos nos tempos da colônia e do Império, no país que se modernizava. Segundo Nicolau Sevcenko (2003, p. 43), que estudou as tensões culturais nos primeiros anos da República a partir de Lima Barreto e de Euclides da Cunha, essa nova concepção de urbanismo era marcada pela

condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular

a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.

Mas essas políticas de europeização das cidades brasileiras, políticas que negavam as formas urbanísticas e arquitetônicas populares, contendo a ocupação do solo e a expressão de costumes por parte das camadas mais subalternizadas da sociedade, não são exclusivas da República. Com efeito, suas implementações datam da vinda da família real portuguesa, a grande experiência de contato do Brasil colonial com os padrões de vida metropolitanos. Posturas municipais dos tempos de D. João VI, como o edital de 11 de junho de 1809, por exemplo, exigiam a retirada das gelosias e das urupemas, artefatos associados à arquitetura e a um estilo de vida mais mourisco ou levantino, das janelas (FREYRE, 2004, p. 318). Observa-se uma particularidade nas intervenções urbanas de caráter europeizante realizadas na República, todavia; pois, no fim do século XIX, enfrentava-se um novo desafio: a desenfreada construção de casas no estilo de mucambos e a transformação de velhos sobrados em cortiços. Segundo Gilberto Freyre (2004, p. 301), no Rio,

os cortiços desenvolveram-se de tal modo a ponto de em 1869 existirem 642, com 9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas: 13.555 homens e 8.374 mulheres. 16.852 adultos e 5.077 menores. A porcentagem dos cortiços era de 3,10% e a da sua população de 9,65%, elevando-se em 1888 a 3,96% e 11,72%.

Sobrados velhos, outrora de fidalgos, degradaram-se em cortiços. A zona dos mucambos estendeu-se até eles. Depois de 1888 [...] o cortiço só fez aumentar, não tanto de área, como de densidade. Assenhorear-se de muito sobrado velho. De muito morro. O destino dos sobrados maiores tem sido este: transformarem-se, os mais felizes em armazéns, hotéis, colégios, pensões, quartéis, repartições públicas, sedes de sociedades carnavalescas. Os outros em cortiços, “cabeças de porco” e casas de prostitutas.

São inúmeras as razões para o aumento de cortiços e de mucambos no período. Dentre elas, os reflexos das políticas habitacionais ainda do Brasil Colônia, que favoreciam os setores hegemônicos, para além da concentração de renda e da estratificação da sociedade em raças e classes. As consequências desses problemas foram os casebres e mucambos dos homens fugidos ou livres, brancos e negros, mas todos pobres, levantando-se pelas partes baixas das cidades. Processo agravado pela maneira como se

instituiu a Abolição, em 1888: sem políticas compensatórias ou sem qualquer forma de auxílio para os negros. Uma vez libertos, eles foram despejados das senzalas urbanas ou se deslocaram das fazendas para centros populacionais mais adensados em busca de trabalho. De um jeito ou de outro, nas cidades, instalaram-se em assentamentos informais. E convém destacar que a intensa construção em moldes irregulares se deu, já no período republicano, também em função de graves crises econômicas, políticas, sociais e militares.

Uma das crises sociais enfrentada pela República nos seus primeiros anos foi o exorbitante crescimento demográfico (a população do Rio de Janeiro, por exemplo, quase dobrou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil a 522 mil habitantes), fenômeno que se verificava, para além do êxodo rural, devido à importação de mão de obra estrangeira para substituir o trabalho servil. José Murilo de Carvalho (2019, p. 19) relatou um dos problemas da sociedade carioca finissecular decorrentes do aumento demográfico: a falta de moradias, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade².

Uma crise militar, o massacre dos seguidores de Antônio Conselheiro, em Canudos (1896-1897), também foi decisiva para o alastramento das ocupações informais

2. Especialmente em relação à qualidade, a carência de saneamento urbano, de abastecimento de água e de higiene propiciavam surtos epidêmicos de varíola, malária, tuberculose e febre amarela. Soma-se a estas doenças a febre especulativa. A emissão descontrolada de papel moeda sem lastro por parte do governo, episódio conhecido como Encilhamento, levou muitos à fortuna da noite para o dia, porém, provocou forte inflação: em 1892, os preços dos produtos duplicavam (CARVALHO, 2019, p. 20). Aqueles que não tiveram sorte na bolsa, então, foram parar nas ruas ou nos cortiços.

nos morros do Rio, ocupações que passaram a receber o nome de “favela”. A origem do termo é esta: os praças, muitos deles negros libertos no 13 de Maio, ao retornarem da Bahia e não receberem o soldo prometido pelo governo que os enviou ao campo de batalha, nem encontrarem moradia, instalaram-se em um morro e o batizaram favela da Providência. Esta designação, “favela”, fazia referência à faveleira (*Cnidoscolus quercifolius*), planta farta nos barrancos da caatinga, onde os sertanejos construíam seus casebres de taipa. Como tal modelo de habitação teria sido replicado pelos soldados nos morros cariocas, as regiões ocupadas por eles ficaram conhecidas pelo nome da planta.

O Morro da Favella, pouco a pouco, passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos. Conjuntos que então começaram a se multiplicar no Centro e nas Zonas Sul e Norte da cidade do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2015, p. 27).

Duas obras, de autoria de dois irmãos, focalizam o caos urbanístico dos primeiros anos da República: a peça *O tribofe* (1891), de Artur de Azevedo, com olhar crítico e satírico para as tensões do processo civilizador no Rio de

Janeiro, capital de um país que tentava importar a França para os trópicos, e, é claro, *O Cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, em que se tematiza, sob a estética do naturalismo, uma comunidade de pobres e marginais com vida e leis próprias. “Uma pequena república”, nas palavras de José Murilo de Carvalho (2019, p. 39).

Seguindo, porém, uma tendência diferente das críticas satíricas ou naturalistas dos irmãos Azevedo, e de maneira contrária aos protestos de Machado de Assis e de Lima Barreto, Olavo Bilac³ publicou, em 1905, uma crônica em que exaltava a construção de um amplo bulevar em lugar onde antes havia palácios e casarões vetustos, bem como emaranhados de becos e de cortiços. O texto compõe um panegírico das modernizações urbanas e, a respeito delas, Bilac lamentou apenas o fato de que, na festa de inauguração do bulevar, este foi decorado com bandeirinhas e folhagens, “ornamentação de festa da roça!”⁴. Para celebrar a reforma, no entanto, ele relatou que,

pela Avenida em fora, acotovelando outros grupos, fui pensando na revolução moral e intelectual que se vai operar na população, em virtude da reforma material da cidade.

A melhor educação é a que entra pelos olhos. Bastou que, deste solo coberto de baiucas e taperas, surgissem

3. *Gazeta de Notícias*, 19 de novembro, p. 3.

4. BILAC, Olavo. Inauguração da avenida. *Gazeta de Notícias*, 19 de novembro de 1905, p. 3.

alguns palácios, para que imediatamente nas almas mais incultas brotasse de súbito a fina flor do bom gosto: olhos, que só haviam até então contemplado betesgas, compreenderam logo o que é a arquitetura. Que não será, quando da velha cidade colonial, estupidamente conservada até agora como um pesadelo do passado, apenas restar a lembrança?⁵

Em outra crônica, publicada no ano seguinte, Bilac⁶ apontou para o contraste entre o moderno e o arcaico nessa mesma avenida: para ele, um contraste entre o que é vivo e belo e aquilo que já morreu e retorna como assombração; bem como manifestou seu desagrado pelo segundo e seu desejo de que o Rio de carros e intelectuais superasse o de carroças e religiosos. Ou então que, pelo menos, as manifestações culturais populares ficassem restritas às periferias da cidade.

Num dos últimos domingos vi passar pela Avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha: e naquele amplo boulevard esplêndido, sobre o asfalto polido, contra a fachada rica dos prédios altos, contra as carruagens e carros que desfilavam, o encontro do velho veículo, em que os devotos bêbedos urravam, me deu a impressão de um monstruoso anacronismo: era a ressurreição da barbárie – era uma idade selvagem que voltava, como

uma alma de outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a cidade civilizada... Ainda se a orgia desbragada se confinasse ao arraial da Penha! Mas não! Acabada a festa, a multidão transborda como uma enxurrada vitoriosa para o centro da urbs...

O pesquisador Antonio Dimas (2006, p. 41-42), em *Bilac, o jornalista*, destacou a pregação do escritor a favor da “moralização dos costumes públicos”, o que incluiria a extinção dos grupos de capoeiras e a supressão do carnaval (manifestações da população negra do Rio).

Nem a paisagem natural, aliás, escapou das críticas de Bilac à cidade: “O Rio de Janeiro precisa ver-se livre desta abominável fama, que tem, de possuir a mais rica natureza do mundo”, sentenciou ele (1898, n.p), em crônica datada de 15 de janeiro de 1898⁷. Nesse mesmo texto, o cronista ainda bradava: “Abaixo as árvores! E que, nos últimos troncos que sobreviverem à hecatombe, sejam enforcados os últimos higienistas retrógrados”.

Pode-se conjecturar que a perspectiva “moralizante” de Bilac adveio da sua precoce admissão à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; já que, com o término da Guerra do Paraguai (1864-1870), afluíam às cidades aleijados que exigiam a atuação de novos cirurgiões, e que,

5. BILAC, Olavo. Inauguração da avenida. *Gazeta de Notícias*, 19 de novembro de 1905, p. 3.

6. BILAC, Olavo. A festa da Penha. *Kosmos*, ano III, n. 10, outubro de 1906, n.p..

7. BILAC, Olavo. Crônica. *O Estado de São Paulo*, 15 de janeiro de 1898, n.p..

com a Abolição e o início da substituição da mão de obra servil pela livre, como já vimos, deslocaram-se para os centros urbanos também os recém-libertos e os imigrantes. O súbito aumento demográfico ocasionou uma crise sanitária, ainda mais agravada pelas recentes epidemias de cólera, de febre amarela e de varíola. Nesse momento, tomou força a figura do “médico político e missionário” (SCHWARCZ, 2010, p. 100), que se via incumbido de “modernizar” o país. Maria Zilda Cury (1994, p. 135), nesse sentido, constatou que os processos de modernização do Brasil foram marcados pela preponderância do discurso médico, “que entranhou de forma hegemônica todas as outras formas discursivas: a jurídica, a política, passando pela educacional e pela literária”. “Propunha-se a higienização da sociedade em todos os seus aspectos, como uma forma de controle [...] sobre todo o tecido social”, escreveu Cury (1994, p. 135), cuja conclusão foi a de que tais políticas tentavam camuflar a efetiva face perversa, discriminadora e excludente da modernização.

Olavo Bilac, em diferentes crônicas, não hesita em comparar a cidade com o corpo humano. Ou em comparar o tecido das ruas, ou o tecido social, com os tecidos corporais: “uma grande cidade é uma organismo vivo”, escreveu ele (2006, p. 451), em crônica datada de 19 de janeiro de 1902⁸, “que não é muito mais complicado do que o

organismo de um ente qualquer”. “Uma cidade tem seus pulmões que respiram”, prosseguiu, “o seu estômago que digere, o seu coração que pulsa, o seu cérebro que pensa; e assim como os seus órgãos podem ser minuciosamente estudados por um fisiologista, também a sua alma vasta [...] não escapa ao estudo do psicologista”.

A 13 de agosto de 1905, quando se sucedia, já, o “bota-abaixo” de Pereira Passos, Bilac (2006, p. 733) escreveu que “o vasto corpo da cidade parece o vulto de um cadáver exposto, em pedaços, sobre a mesa de um anfiteatro de anatomia, depois da dissecação: falta-lhe aqui um naco do peito, ali um abraço, ali um pé, ali uma lasca do ventre, ali um fragmento do crânio”⁹. Apesar da visão do Rio como um cadáver despedaçado, o cronista (2006, p. 733) não deixou de exaltar o trabalho dos engenheiros, os fisiologistas da *urbs*: “ninguém mais do que eu aplaude essa obra de destruição, porque ninguém mais do que eu reconhece a sua necessidade”.

O ponto de vista oficialista de Bilac resume, portanto, o argumento desta seção: na virada do século XIX para o XX, com o propósito de conter a expansão dos cortiços e dos mocambos, além de controlar os surtos epidemiológicos e, assim, oferecer ao país uma feição mais “higiénica” e moderna, defendeu-se a substituição das cidades de

8. BILAC, Olavo. Crônica. In: DIMAS, Antonio (org.). BILAC, o Jornalista. Vol. I. São Paulo: Edusp, 2006, p. 451-457.

9. BILAC, Olavo. Crônica. In: DIMAS, Antonio (org.). BILAC, o Jornalista. Vol. I. São Paulo: Edusp, 2006, p. 733-735.

feição popular, colonial e moura por cidades afrancesadas. Logo, abriam-se nos grandes centros urbanos passeios servidos por iluminação pública, amplos bulevares ladeados por palácios em estilo neoclássico e eclético, palácios que poderiam ser contemplados pelas janelas do bonde elétrico, para além de casas de comércio, cujas prateleiras ofereciam produtos importados. Nesses logradouros, os senhores flanariam vestidos na moda *smart*, enquanto suas senhoras encomendariam vestidos feitos por costureiras francesas. Já os bacharéis frequentariam os cafés, as livrarias e as charutarias da rua do Ouvidor, lugar adequado para discutirem as novidades da arte e da ciência, e depois poderiam ir ao teatro.

As manifestações culturais populares, no entanto, deveriam permanecer restritas às periferias da cidade, conforme defendia Bilac em suas crônicas.

DAS CIDADES AOS SERTÕES

“Para grande parte das elites intelectuais e políticas”, escreveu a pesquisadora Regina Abreu (1998, p. 102) sobre o período em questão, “a imagem que se queria ver identificada com a nação era a da prosperidade e da aquisição do padrão europeu de civilização”. Tais metas estavam corporificadas por toda a parte: nas teorias do embranquecimento que visavam eliminar as marcas da selvageria

e da barbárie e criar um tipo novo, o “brasileiro” (ABREU, 1998, p. 102), bem como nas reformas urbanas que alargavam avenidas e edificavam prédios em estilo neoclássico.

Nesse contexto ideológico, em Minas Gerais, defenderam-se a retirada do governo de Ouro Preto, cidade colonial, barrocamente rústica, de costumes católicos e passado escravocrata, e a sua transferência para uma nova capital. Esta seria uma cidade mais moderna, ainda a ser construída: ou seja, uma cidade pensada para os tempos futuros. Em oposição ao modelo sinuoso das ladeiras ou ropretanas, modelo de “semeador” (HOLANDA, 1995, p. 116), que tanto caracteriza as vilas de colonização portuguesa, o planejamento urbanístico de Belo Horizonte, cidade “abstrata” (HOLANDA, 1995, p. 96), que viria a ser apelidada “princesa da República” (CURY, 2017, n.p), apresenta traçado cartesiano: cada quarteirão corresponde a um ladrilho de tamanho regular, cuja combinação forma um mosaico ordenado. Foram dispostos sobre esse tabuleiro, ainda, palácios e palacetes bastante afrancesados, em estilo neoclássico, para sediar a administração pública, enquanto os inúmeros casarões em estilo eclético indicam se tratar de uma cidade pensada para suportar padrões de vida aristocráticos e burgueses, ou pequeno-burgueses, classe que instalou seus comércios nos térreos dos sobrados. Praças, bulevares e teatros foram

eleitos, por sua vez, equipamentos públicos adequados à sociabilidade urbana, europeia, higiênica etc..

Belo Horizonte surgiu, assim, como um dispositivo programado para extirpar elementos considerados arcaicos e rurais, associados ao Brasil colonial, da sociedade mineira. Esse dispositivo teria, ademais, outros propósitos: a moderníssima capital ofereceria prestígio ao estado de Minas Gerais na disputa econômica-eleitoral da Política dos Governadores, bem como centralizaria o poder estadual em face de movimentos separatistas (no Triângulo e no Sul de Minas), assim também coibindo as influências político-culturais de outros estados sobre regiões próximas às divisas. Por fim, Belo Horizonte ainda estaria imbuída de uma importante missão: civilizar a cultura mineira, marcadamente rural, caipira ou sertaneja. Convém notar, aliás, que os “sertões” eram considerados nos centros mais europeizados não apenas um “lugar no interior”, mas também um “lugar anterior”, primitivo, conforme expôs Luís da Câmara Cascudo (1980, p. 710).

Por essa lógica, o termo “sertão” não deve ser entendido como um referente geográfico, afinal, nem sequer podemos apontar precisamente onde ele se localiza. Tanto é que, no século XIX, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire (1830, p. 229-300) expôs em seu relato de viagem

do Rio a Minas que a palavra “sertão” não indicava uma forma de organização política do território, logo, não faria sentido se referir a tais espaços como região, mas tão somente como uma divisão “vaga e convencional”. Nesse mesmo sentido, Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011) demonstrou como, no século XIX, a palavra “sertão” não designava somente o semiárido nordestino, como hoje é mais convencional, e era empregado de modo abrangente sobre diferentes partes do país: a Amazônia, o cerrado, o pantanal, as matas de araucária do Sul etc.. Porém, no século XX, dadas a evidência de mazelas sociais no Polígono das Secas, que o caracterizavam como lugar “atrasado”, e a influência dos escritos de Euclides da Cunha e, posteriormente, do Romance de 30, “sertão” passou a designar quase somente as caatingas, fato que exemplifica como tal conceito é uma construção cultural, cujo desenvolvimento deve-se, sobretudo, à ciência e à literatura. Consequentemente, o significado de “sertão” não é estável, pelo contrário: ele esteve e está em transformação.

Mas, caso colijamos diferentes definições para essa palavra, concluiremos que ela se refere, sempre, a um espaço no interior, distante das grandes cidades, uma “terra ignota”, como se lê em *Os Sertões* (1984, p. 7), que seja pouco conhecida e escassamente povoada, uma espécie de “vazio” demográfico (daí provém o seu nome,

forma aferética de “desertão”), onde vivam “apenas” populações de cultura tradicional, tidas como “atrasadas”. Consequentemente, aqueles que assim o definem têm a impressão de estarem em terras “civilizadas” e creem-se os responsáveis por assimilar os sertanejos e tirá-los do “atraso”, da “barbárie”. Sob tal lógica, o geógrafo Robert Moraes (2003, p. 3-4) assinalou que “o sertão é qualificado para ser superado”.

Impor um domínio efetivo ou uma nova dominação ao espaço em pauta é o objetivo de um processo que tem na apropriação simbólica um passo inicial. Esta imputa uma imagem que traz em si uma proposta de transformação das características que a fundamentam. Ultrapassar a condição sertaneja é a meta implícita dos discursos que buscam levantar e explicar a sua essência. Por exemplo, a concepção de que o sertão se caracteriza como uma terra pouco conhecida ou desconhecida, acompanha-se sempre da proposta de seu conhecimento e divulgação. É no bojo de muitas descrições corológicas de lugares sertanejos que a tese do desconhecimento geográfico como critério qualificador do sertão ganha corpo. Nesse sentido, por lógica, o devassamento intelectual do sertão seria o pioneiro passo de sua superação prática enquanto tal. Conhecer e divulgar um dado espaço desconhecido iniciaria o processo de sua transformação, seu fim enquanto sertão.

Em última instância, a construção da nova capital de Minas pretendia “civilizar” os seus interiores, em cujas grotas e campos, que se estendiam por serras e cerrados, viviam populações sertanejas: indígenas, quilombolas, caipiras. Afonso Arinos de Melo Franco (1961, p. 259), em suas memórias, descreveu Belo Horizonte como “uma espécie de filtro civilizador”: “diferentemente das grandes metrópoles litorâneas, que se civilizam com as contribuições transatlânticas, a minha cidade era um núcleo de civilização que educava o sertanejo”. A avenida do Contorno, avenida que circunda toda a cidade planejada, pode ser pensada, então, como uma muralha. Seria ela a responsável por diferenciar e resguardar Belo Horizonte da barbárie, sufocando-a.

A MODERNIZAÇÃO DOS SERTÕES

Mas Belo Horizonte não foi construída em um ermo absoluto, embora as abstrações que orientaram o seu planejamento assim concebessem o lugar onde ela foi plantada. Com efeito, um núcleo populacional fundado em 1701, e que passou a ser composto sobretudo por trabalhadores rurais, gente sertaneja, mestiça e negra (como nos indicam as fotografias), residia aos pés da serra do Curral e no entorno da paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem, em um sítio denominado Curral del Rei¹⁰. O historiador Abílio Barreto (1996, p. 235-236), importante investigador

10. Em 1890, o Curral del Rei teve o nome oficialmente alterado para “Belo Horizonte”. Já em 1897, a nova capital estadual era chamada “Cidade de Minas” e, apenas posteriormente, instituiu-se outra vez a toponímia ainda vigente. A fim de facilitar a designação toponímica e gentílica, neste artigo, designamos o arraial que existiu antes da construção da nova capital “Curral del Rei”, ainda que, a partir de 1890, já não o chamassem mais assim, e nos referimos à nova capital como “Belo Horizonte”, embora esta ainda não fosse chamada assim.

da história de Belo Horizonte e do arraial que a precedeu, apontou que, no ano seguinte à proclamação da República, a população curralense era de quatro mil almas, aproximadamente.

Segundo ele (BARRETO, 1996, p. 201), toda aquela gente dedicava-se ao trabalho, principalmente à criação de bovinos e lanígeros e à cultura intensiva da mandioca e do algodão. Ainda de acordo com o historiador (BARRETO, 1996, p. 272), o arraial era pobre e parco em conforto: não havia espécie alguma de iluminação pública no Curral, em cujas ruas era comum, nas noites escuras, toparem-se animais deitados (BARRETO, 1996, p. 243). Tais logradouros, além disso, eram tortuosos e estreitos; as casas, baixas, deselegantes e desabrigadas contra as intempéries. Apenas oito possuíam vidraças à frente e somente duas eram assobradadas (BARRETO, 1996, p. 245), provavelmente, as casas dos proprietários de terra mais abastados.

A população sertaneja vivia nas terras desses latifundiários, mas em cafuas de pau-a-pique, cobertas por folhas de sapé ou de pindoba, e que não haviam sido caia-das. Suas construções foram comparadas pelo cronista português Alfredo Riancho (1985, p. 33-34), por sua vez, com as de “certas povoações da África Ocidental”, elemento indicativo da origem dos seus moradores.

Aos domingos ou dias de festa, porém, o povo folgava alegremente. O arraial movimentava-se com as pessoas que vinham ouvir a missa do dia, visitar parentes e amigos, fazer negócios ou compras. E em tais dias, após as cavalhadas ou touradas, que sempre as havia, sobretudo nas festas da padroeira, realizavam-se bailes ou teatrinhos de amadores em casas particulares, diversões que se alongavam pela noite em fora. A não ser nesses dias, o povo dormia cedo, não se vendo mais uma casa iluminada depois das 8 horas (BARRETO, 1996, p. 210).





Fotografia: *Rancho Velho da Papuda*

Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto (1894)

Mas a vida pacata desses curralenses mais pobres foi drasticamente mudada após a decisão do governo de Minas de devastar o arraial por completo e, sobre aquele terreno, construir a nova capital do estado. Já se pode adiantar que a classe (no sentido político e econômico) que conduzia tal projeto e que, findadas as obras, tornaria Belo Horizonte o seu lar não os aceitaria no interior da avenida do Contorno; o que nos faz questionar o que teria acontecido com os habitantes das cafuas de pau-a-pique quando foi determinado que, no lugar dos seus mocambos, estabelecer-se-ia a nova sede do governo de Minas Gerais.

Juliana Cardoso Marques (2022, p. 106), em um valioso estudo de urbanismo sobre o projeto de construção de Belo Horizonte, apontou que os imóveis do Curral passaram por um processo de desapropriação e, também, que muitos dos seus moradores foram despejados sem receberem a devida indenização, pois tratava-se de pessoas que plantavam em terras alheias ou, então, de pessoas que se mantiveram nos locais em que haviam sido escravizadas. Ou seja, pessoas cujas residências encontravam-se em propriedades particulares.

Já Avelino Fóscolo, autor de *A Capital* (1903), o primeiro romance em que Belo Horizonte aparece como cenário,

narrou que os curralenses foram realocados para Venda Nova, um arraial treze quilômetros mais ao norte. Ao abordar esse tema, Fóscolo utilizou-se da estética do realismo socialista e avançou na contramão dos discursos oficialistas que enalteciam a nova capital como símbolo do progresso e que se queriam únicos. Foi com pessimismo, então, que o escritor observou a expulsão dos sertanejos e o bota-abaixo: “o vento da desgraça passou e destruiu tudo”, escreveu ele (1979, p. 111), “o nosso velho Curral aí jaz para sempre sepulto nestas construções balofas”.

Cabe também destacar que, um mês após a proclamação da República, em dezembro de 1889, a elite política do Curral del Rei, alguns poucos fazendeiros em cujas terras viviam os mocambeiros, reuniram-se para debater a mudança do nome do arraial. Em tempos republicanos, parecia-lhes inadequado o “del Rei”, toponímia referente à Monarquia. Já “Curral” soava muito caipira, o que contrariava as suas pretensões político-urbanísticas. Após sugerirem novos nomes, eles reportaram suas intenções a João Pinheiro, presidente de Minas, que optou por rebatizar aquela localidade “Belo Horizonte” (BARRETO, 1996, p. 231). Machado de Assis¹¹, posteriormente, externalizaria o seu desagrado com o novo nome: “eu, se fosse Minas, mudava-lhe a denominação. Belo Horizonte parece antes uma exclamação que um nome. Sobram

11. ASSIS, Machado. A semana. *Gazeta de notícias*. 28 de janeiro de 1894.

12. Henriqueta Lisboa (1972, p. 33), por sua vez, publicou um poema em que narra o processo de escolha da nova toponímia e a exalta: “O trono cai. Viva a República! / Abaixo o nome desse burgo / chamado de ‘Curral del Rei’ / à falta de melhor batismo. / Já no Clube Republicano / vai José Carlos Vaz de Melo / propor e expor alternativa. / Mas o nome predestinado / ocorre a mestre Luis Daniel. / E o que decreta João Pinheiro / (calendário doze de abril / mil oitocentos e noventa) / nos entenece por decreto / de devoção amor orgulho / e tudo mais: Belo Horizonte”.

na história nomes honrados e patriotas para designar a capital”¹². Nota-se ainda que, na mesma sessão em que se decidiu pela mudança do nome do arraial, alterou-se também o nome de sua rua principal, a rua do Saco, para rua General Deodoro, homenageando o proclamador do novo regime (BARRETO, 1996, p. 231).

Já no processo de construção da nova capital, deixaram de pé apenas um edifício do Curral: a capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, construída no século XVIII, em estilo barroco. Nas suas memórias, Afonso Arinos de Melo Franco (1961, p. 205) transcreveu um poema autoral em que narra a origem e o fim da Boa Viagem, o que se deu três décadas após a construção de Beagá, quando ergueram ao lado da capela barroca uma igreja nova, em estilo gótico, e demoliram a antiga:

A igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem
(Que lindo nome para um barco a vela!)
Foi construída em 1765
Por ordem do senhor capitão-mor das Minas
Para os povos do Curral del-Rei.
Nesta igrejinha de janelas verdes
Eu me batizei.
No mês de Maria enfeitava-se a nave com folhas de manga
E as meninas cantavam em coro:

“No céu, no céu, com minha mãe estarei”.
No ano de 1925 o senhor diretor de obras
Deitou abaixo a matriz da Boa Viagem
(Que lindo nome para um cemitério!)
E construiu, no lugar dela,
Uma catedral gótica, último modelo.
Eu achei que foi bobagem
Mas o povo de Minas disse que era progresso.

Pedro Nava (2003, p. 255), por sua vez, descreveu em suas memórias de infância as quermesses da Boa Viagem barroca, momentos em que o velho arraial parecia subsumir na cidade moderna: “lembro o adro iluminado com feiras de lâmpadas, as sortes, as prendas, as pescarias de embrulhinhos cheios de alfinetes cabeça de *pérola* [...]. Lembro as alegrias do mês de Maria, com a banda da Polícia. [...] As Virgens vestido comprido, toucadas de rosas brancas; os Anjos de várias idades encarnados nas meninas-moças [...]”, lembrou ele, após ter narrado os momentos finais da única reminiscência material do Curral del Rei:

Vi com meus olhos, esses meus olhos que a terra hade comer, o velho templo já sem telhado e seus arquivos postos fora na sacristia meio derrubada onde o sol e a chuva acabavam com aquela papelada testemunho dos casamentos, batizados e mortes dos curralenses. [...] Eu não tinha nessa época nenhuma instrução

sobre o barroco mineiro mas meu instinto dizia que aquilo estava errado e que a igreja esquartejada era mais linda que aquele gótico que estava sendo erguido ali (NAVA, 2003, p. 254)

Talvez, hoje, a memória mais recorrente no imaginário dos belo-horizontinos a respeito do Curral seja uma lenda, a de Maria Papuda (cuja foto está disposta acima). “Papudo”, deve-se notar, foi a designação oferecida a muitos curralenses devido à recorrência do bócio na região. E, sendo esse um apelido pejorativo, alguns preferem reconhecer tal personagem pelo nome Maria do Curral.

De qualquer modo, Maria, uma mulher negra e já em idade avançada, vivia em uma choça de pau-a-pique localizada pouco abaixo do terreno em que hoje se encontra o Palácio da Liberdade (BARRETO, 1996, p. 228), o que quer dizer que a sua cafua foi destruída e, próximo dali, erigiram a residência oficial dos governadores de Minas. Dada a fama de bruxa de Maria (provavelmente se tratava de uma curandeira), no momento em que aconteceram os despejos, disseram que ela teria amaldiçoado os responsáveis pela destruição de sua casa por meio da seguinte praga: todos aqueles governantes que tomassem posse em ano par teriam morte trágica ou repentina, o que diversas vezes aconteceu. A nós não nos interessa refutar ou validar essa história, e sim reconhecer que a transmissão

de sua lenda indica resquícios de uma outra temporalidade que invadem, na forma de assombração, a cidade moderna. É tudo o que restou do Curral: fantasmas.

Quanto ao procedimento de substituição do mundo sertanejo pelo moderno que se verificou na construção de Belo Horizonte, Juliana Cardoso Marques (2022) propôs analogias entre o despejo dos curralenses e o massacre de Canudos, episódio em que a República voltou-se violentamente contra um arraial de vaqueiros no semiárido nordestino, bombardeando suas casas e degolando seus moradores. Ambos os acontecimentos ocorreram no mesmo ano, 1897, e tiveram a mesma finalidade: a substituição da cultura das populações tradicionais, sertanejas, em suas diferentes formas expressivas (ou a substituição das próprias populações tradicionais) por uma cultura importada, branca e moderna. Tanto o Curral quanto Canudos, com suas populações negras, indígenas ou mestiças, seus modos de produção rural e comunitário e suas ortodoxias e crendices, seriam indícios de um Brasil arcaico que, segundo os modernos, deveria ser extirpado.

OLAVO BILAC VIAJA AOS SERTÕES

“Atacada por fora e dilacerada por dentro, a República periclitava”, assim Antonio Dimas (2006, p. 42) sintetizou os primeiros anos do governo de Floriano Peixoto (1891-1894),

o Marechal de Ferro. “No esforço jacobino de estaqueá-la a qualquer custo”, concluiu o crítico, “Floriano exorbitava no mando”. Nesse contexto de autoritarismo político, com o pseudônimo de Pierrot, Olavo Bilac atazanava o presidente da República, denunciando, por meio de suas crônicas, o cerceamento da liberdade pública, a violenta repressão institucionalizada, as prisões arbitrárias etc.. O cronista exacerbava suas críticas ao governo ao ridicularizar, ainda, de modo grosseiro e pessoal (DIMAS, 2006, p. 43), a aparência de Floriano, vitimado por uma dentição precária.

Em 1893, ano em que se definiu a mudança da capital de Minas da colonial Ouro Preto para Belo Horizonte, uma cidade a ser construída no lugar do pacato Curral del Rei, Bilac, que já havia sido preso por quatro meses pelo governo jacobino, continuava a ser perseguido por ele. Decidiu, então, refugiar-se em Ouro Preto (PINTO, 2020, p. 96)¹³. Era a primeira vez que o escritor, já aclamado como poeta de prestígio, aventurava-se pelos interiores do país (DIMAS, 2006, p. 69).

Uma vez no exílio, talvez com o intuito de prosseguir provocando o Marechal de Ferro, que exercia seu cargo de maneira despótica, que mandava fuzilar opositores políticos e apossava intelectuais, e que, naqueles tempos imediatamente anteriores aos da política do café com

leite, fora eleito pelo Partido Republicano Paulista, o poeta redigiu para a *Gazeta de Notícias* uma crônica excessivamente apologética à decisão do governo mineiro de erigir uma nova capital. Ou, quem sabe, a crônica de Bilac seja apenas mais uma das suas demonstrações de entusiasmo com a modernização e com o “progresso”. Afinal, conforme escreveu Antonio Dimas (2006, p. 69), na atividade jornalística de Bilac, que se estende por quase vinte anos, encontra-se uma variedade enorme de assuntos, “que se aglomeram, de preferência, em torno do tema do ‘progresso’ [...]”. O progresso urbano, eis seu grande tema e o grande personagem de suas crônicas”.

Mas, ciente da defesa tão renitente que fazia da nova capital e do governo de Minas, ele (1996, p. 68) se resguardou dos críticos que poderiam acusá-lo de ter interesses pessoais e financeiros na edificação de Belo Horizonte ao afirmar, na própria crônica, não possuir propriedades às margens do ribeirão Arrudas, de modo que não lucraria com as indenizações do governo. E ainda utilizou essa informação para louvar como o governo conduzia o problema da especulação fundiária no arraial às vésperas da construção de Belo Horizonte.

De qualquer modo, para redigir “Belo Horizonte – a nova capital de Minas”¹⁴ (crônica ainda não apreciada

13. Durante o seu governo (1891-1894), Floriano Peixoto baixou diferentes estados de sítio com o objetivo de censurar a imprensa oposicionista. Em 1892, no contexto da Revolta da Armada, Bilac foi preso por dirigir críticas ao presidente. Sendo vigiado e tendo seus textos de caráter político censurados no Rio, em novembro de 1893, o escritor impôs-se um autoexílio. O destino escolhido foi Ouro Preto, talvez pelo fato de o estado de sítio não afetar Minas (PINTO, 2020, p. 98).

14. Embora, originalmente, “Belo Horizonte...” tenha sido publicada em quatro edições da *Gazeta de Notícias* (a saber: nos dias 26, 27, 28 e 30 de janeiro de 1894), sintetizo-a em apenas uma crônica, conforme ela foi posteriormente publicada por Bilac em *Chronicas e Novellas* (1894), bem como em edições subsequentes,

pela crítica de Bilac, salvo por um ensaio de Antonio Dimas, publicado, em *Bilac, o jornalista: ensaios*, sob o título “Entre Vila Rica e Belo Horizonte”), o escritor decidiu conhecer o Curral del Rei *in loco*, e isso se deu antes de ocorrerem as desapropriações, o que faz do seu texto um dos mais importantes documentos sobre a vida no povoado que cedeu lugar à nova capital.

Mesmo se tratando de uma crônica literária, utilizo a palavra “documento” para me referir ao texto de Bilac por ele a) não ter intenção de produzir *mimesis*, ainda que seja dotado de *poiesis* (quer dizer, a crônica faz uso de dispositivos literários, de modo que foi construída *como se fosse ficção*, isto é, foi construída para *parecer ficcional*, preservando, porém, seu caráter objetivo); b) nesse mesmo sentido de ser um texto objetivo, propor descrições corográficas, logo, históricas, geográficas e sociológicas; e c) ser um dos poucos textos produzidos sobre o Curral del Rei, tornando-se, desse modo, incontornável para aqueles que desejam pesquisar o lugar.

Não posso deixar de ressaltar, ainda, que toda e qualquer obra é produto de uma determinada época e lugar e, por esse motivo, expressa a realidade na qual se insere. Logo, ainda que contenha *poiesis*, ou ainda que a ela tenham sido aplicados procedimentos retóricos que a

tornassem literária, feito figuras de linguagem e alusões a temas tipicamente literários, como exemplos, a crônica de Olavo Bilac não deixa de ser um documento sobre o arraial testemunhado pelo escritor.

Convém assinalar, além disso, que a tradição cronística dos viajantes naturalistas determinou o processo de constituição da prosa de ficção nacional, conforme apontou Flora Sussekind (1990, p. 43), em *O Brasil não é longe daqui*, considerando que o interesse dos autores de literatura brasileiros das décadas 1830-1840 pelas paisagens do próprio país foi um fenômeno originado da influência do naturalismo romântico sobre as artes. O texto de Bilac sobre o Curral, por almejar aparência ficcional, localiza-se, nesse sentido, na confluência do registro do viajante naturalista com a criação poética; talvez emulando, inclusive, a proposta defendida por Alexander von Humboldt de harmonizar descrição científica e efeito estético. Confundem-se, assim, na prosa de “Belo Horizonte – a nova capital de Minas”, a voz do cientista e a do poeta. E quem se propõe a analisá-la não deixará de notar que a pesquisa literária invade o campo da história e vice-versa. Ou, nas palavras de Simas (2006, p. 82): percebem-se nas crônicas de Bilac produzidas contemporaneamente a “Belo Horizonte...” “o gosto pela factuality e o pendor para a fantasia”.

A intersecção entre história e literatura pode ser exemplificada pela maneira como Bilac narrou sua viagem ao Curral: para chegar ao seu destino, ele precisaria fazer uma difícil viagem a cavalo e de trem; ou, pelo menos, ele desejou narrar aquele trajeto como uma aventura grandiosa. Fato que proporcionou à crônica características ligeiramente épicas: “tendo percorrido todo o ramal de Ouro Preto, que é uma das mais difíceis e arriscadas construções de caminho de ferro no Brasil”, escreveu Bilac (1996, p. 61), “seguindo o curso da Central, num carro péssimo, de bancos esburacados e chão recamado de lixo, voamos para a estação do Rio das Velhas, onde nos deviam esperar os cavalos”. Após apeiar na estação e passear por Itabira (onde visitou o Cauê, pico que se tornaria, em Drummond, emblema da agressividade do “progresso” contra os nossos patrimônios), Bilac retornou à locomotiva e, em sua narrativa, prosseguiu descrevendo a viagem pelos sertões mineiros como uma peripécia, já que situações perigosas o espreitavam:

o leito da estrada faz uma curva brusca e violenta, acompanhando o rio: tão brusca e tão violenta, que não há quem, olhando o abismo que se cava abaixo do vagão, não sinta um pequeno calefrio de medo arrepiar a medula. Chegando à janela, não se vê o vagão que vai adiante, nem o vagão que vem atrás: todo o trem está brutalmente curvado, descrevendo um

semi-círculo forçado. E, instintivamente, recua a gente de um salto, com o receio de aumentar, à janela, o peso do trem para o lado do despenhadeiro... (BILAC, 1996, p. 62).

As reticências ao final do parágrafo são um convite para imaginarmos a imensidão do abismo. Bilac reproduziu, assim, o lugar-comum do viajante que, para consumir sua jornada (externa e interna), precisa enfrentar grandes desafios. Na crônica estudada, esses desafios parecem exagerados: uma curva na estrada é amplificada, sugerindo que o trem poderia cair do despenhadeiro, com vistas a dar a impressão de que o viajante correu sérios riscos.

Bilac, no entanto, não se limitou a narrar os perigos da jornada. Ele também compilou dados e impressões das diferentes cidades, estações e outros marcos geográficos pelos quais passou antes de chegar ao Curral, como Honório Bicalho, Santo Antônio, Sabará, Raposos e Santa Luzia. A respeito da última cidade, o cronista lembrou uma batalha da Revolução Liberal de 1848 ali disputada, além de ter analisado sua disposição urbanística e, brevemente, comentado a mentalidade dos seus moradores. Decerto, a crônica de Bilac pode ser tomada como uma narrativa odepórica por relatar uma experiência de viagem explorando a subjetividade do narrador, o que permitiu, aliás, a aplicação de procedimentos literários

à sua composição; todavia, por não apresentar apenas intenções artísticas, subjetivas, mas também se prover de informações objetivas de história, de geografia, de urbanismo e de psicologia social, ela não se restringe a isso. Para além do objetivo de oferecer entretenimento a um leitor ocioso, para além do objetivo literário, “Belo Horizonte – a nova capital de Minas” apresenta também propósito informacional, corográfico.

Antonio Dimas (2006, p. 80) conjecturou que a literariedade conjugou-se com os temas mais objetivos na crônica pelo fato de o poeta não dispor de método histórico. Ele supria sua carência metodológica, então, pelo manuseio exemplar da língua, “instrumento eficaz para reconstruções históricas por intermédio da imaginação”. Com o intuito, assim, de promover, poeticamente, “reconstruções históricas”, o escritor propôs-se a descrever a paisagem natural e a história das imediações do Curral del Rei. Quanto à paisagem natural, podemos dizer que ele a caracteriza a partir da fruição e/ou da função. Quando menciona, por exemplo, a “maravilhosa pedra-sabão com que se obtém lajes admiráveis”, ou quando fala em um “admirável calcário cor de rosa” (BILAC, 1996, p. 70) e, logo em seguida, indica certos usos do mesmo minério, ele destaca o seu efeito estético e a sua aplicabilidade. Não podemos deixar de suspeitar, portanto, que beleza e utilidade se confundem,

para Bilac, de modo que há aquilo que pode ser belo pela sua utilidade e há aquilo que pode ser útil por sua beleza. Considerando, por essa lógica, os variados recursos que permitiriam o desenvolvimento de atividades econômicas aos pés da serra do Curral, ele enumerou as diferentes rochas da região, como o calcário, o granito e a esteatite, além das madeiras, como a braúna, a cabiúna, o cedro, o pau-ferro, a peroba e o angico, “que o número das espécies classificadas perto da povoação é de 73, entre madeira de lei, de construção e de marcenaria de luxo” (BILAC, 1996, p. 70). Ele também mencionou a variedade de culturas nas roças e elogiou a qualidade do solo: “a terra do Belo Horizonte é a conhecida *terra roxa*, argilosa, carregada de óxido de ferro. É de uma salubridade espantosa esse solo, sendo enxuto o subsolo, e só existindo água a uma profundidade de mais de dois metros” (BILAC, 1996, p. 65). Mesmo assim, a água é “abundantíssima”. Já as condições climáticas, “excelentes” (BILAC, 1996, p. 65): “a temperatura, deliciosa, durante os dois dias que passamos em Belo Horizonte, não excedeu nunca a 26 graus centígrados”.

Há algo da tradição dos cronistas do “Novo Mundo” na crônica de viagem de Bilac, considerando-se as intenções deste texto (testemunho sobre uma terra “estrangeira”) e o seu desejo de descrever o Curral como uma terra de muitos prodígios, com vistas a mostrar como sua ocupação é

não só viável, mas também desejável. Se Caminha (2011) relatou, então, que “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”, a respeito de Vera Cruz, o autor de “Belo Horizonte – a nova capital de Minas” (1996, p. 65) narrou que “grandes roças de milho, de feijão e de mandioca existem já, prósperas e fecundas em resultado pecuniário”. Uma terra onde há, até mesmo, mulheres formosas para satisfazer os homens, como veremos adiante, assim incentivando a ocupação daquele território.

Quanto às informações históricas ou às expressões culturais investigadas pelo narrador de “Belo Horizonte – a nova capital de Minas”, destaca-se a apreciação de um banquete mineiro:

Sobre a toalha, alva de neve, fumeja o feijão de Minas, dentro de cujo caldo espesso se desdobram fartas folhas de couve repolhuda. O verde tenro dos quiabos casa-se ao amarelo fulvo da abóbora, em derredor dos grandes nacos de lombo de porco, cuja face tostada tem reflexos de ouro velho. E entre o assado gordo, de cuja superfície se eleva uma espiral de aromas, e as fatias finas do *beef* brasileiro, nadando num molho cujo cheiro embriaga, esplende o angu de fubá, cuja massa compacta e clara estremece no prato como um bolo de gelatina. E cabe-me a honra de inaugurar a gastronomia na nova capital de Minas,

comendo tanto, que os companheiros abrem os olhos espantados para a minha voracidade... (BILAC, 1996, p. 71).

Ao abordar temas naturais e culturais, o cronista viajante parece incorporar o *ethos* de um jovem naturalista deslumbrado pela paisagem longínqua e pelos costumes exóticos que irá analisar e descrever, postura que nos remete, outra vez, aos viajantes naturalistas do século XIX, como Humboldt, mas também Spix, Martius e Saint-Hilaire, que registraram nossos sertões e influenciaram profundamente a prosa de ficção nacional, conforme vimos a partir de Sussekind (1990). Tudo é fascinante, tudo o afeta. Mas a afetação não é o fim do seu relato. Ela é tão somente um estágio para que ele perceba a posição de diferença do lugar em que se encontra e colete dados científicos, mesclando os ofícios do escritor de literatura com o de pesquisador ou jornalista.

O que é dizer que o seu discurso expressa a subjetividade do artista, que apreende uma outra cultura e uma outra natureza por meio da sensibilidade, sem, contudo, perder as suas intenções científicas ou as suas intenções de tematizar o “real”; seguindo, assim, o paradigma humboldtiano de um fazer científico com ressonâncias estéticas. Como Humboldt, portanto, que produziu uma nova escrita de viagens que não era meramente literária,

tampouco meramente científica, e sim uma combinação de ambas as fórmulas (WULF, 201), Bilac conformou um misto de literatura e de ciência ou, pelo menos, elaborou uma prosa científica revestida de ornamentos poéticos, embelezadores. Logo, na crônica, o poeta, tradicionalmente reconhecido por se filiar às estéticas do parnasianismo, mostra-se bastante romântico: romântico no tema da viagem; romântico ao assumir o *ethos* de um jovem naturalista em paragens estrangeiras; romântico ao idealizar, no prefácio ao livro em que coligiu a crônica estudada (BILAC, 1894, p. 12), as errâncias entre as ruínas, que o remetem ao passado; e romântico, também, quando experimenta o sublime kantiano.

No prefácio a *Chronicas e novelas: 1893-1894*, livro em que Bilac compilou as crônicas redigidas durante o seu autoexílio, afirma-se que, em Minas, “a natura abafa o homem, subjuga-o, prostra-o vencido, ajoelhado, lívido de pasmo e de admiração aos seus pés”, dando provas de como a paisagem mineira proporcionou, na sua escrita, uma estética do sublime (BILAC, 1894, p. 15).

Outro exemplo se encontra na própria crônica, quando, a respeito de Itabira, onde escalou o pico do Cauê, o cronista (BILAC, 1996, p. 62) reportou que “a beleza da paisagem é inenarrável”: ou seja, excedia o que é concebível.

Já ao subir a serra do Curral (BILAC, 1996, p. 69), ele outra vez realizou uma das ações prediletas dos românticos: a busca pelos píncaros, cuja própria imensidão é capaz de assombrar e de perturbar os sentidos, ou cuja vista oferece ao aventureiro sentimentos de amplidão e de liberdade. Em todos os casos, a montanha oferece experiência sublime. “Quantos poemas se chamam ‘Na Montanha’, ou se passam no alto dos morros?”, perguntou-se Antonio Candido (1971, p. 5). “No Romantismo a conta é grande”, ele prosseguiu, “e os poetas só deixam as culminâncias da terra para subir ainda mais”.

O narrador de “Belo Horizonte – a nova capital de Minas” revela tendências românticas, ainda, ao pressupor uma certa autenticidade da cultura sertaneja. Ao dispor no cenário bois, cavalos, as estrelas, o luar e o murmúrio dos riachos, ele desenvolve uma atmosfera pitoresca, de rusticidade e de serenidade: “[...] rincham carros de bois, morosamente ao passo tardo das juntas que se atolam” (BILAC, 1996, p. 63), “uma doçura indescritível paira no ar. O crepúsculo cai. Sobe uma coluna de ouro e púrpura no ocaso. Uma primeira estrela, Vênus, palpita ao fundo do horizonte. Cantam águas correntes dentro de moitas cerradas” (BILAC, 1996, p. 63), “[...] o luar espia por detrás da montanha, quando ao fundo do terreiro da fazenda das Lages, avistamos a grande casa branca, de janelas

iluminadas, rasgando-se para a varanda amplíssima, de onde golfam para a noite vozes e risadas de crianças, de envolta com as notas de um piano...” (BILAC, 1996, p. 63).

O sentimento bucólico que Bilac relatou a partir de sua viagem aos sertões mineiros, como a solidão ao contemplar o luar, o som da porteira rangendo, a visão de uma casinha branca e distante e a mansidão dos animais, remete o leitor às cantigas caipiras mais pitorescas ou, quem sabe, aos poemas árcades produzidos pelos neo-classicistas mineiros, considerando-se, aliás, que, à época, o escritor vivia em Ouro Preto e empreendia pesquisas concernentes à história e à cultura do estado. Na crônica “Marília” (1894), por exemplo, Bilac fez uma breve análise do poema mais conhecido de Tomás Antônio Gonzaga, bem como da biografia do escritor. O que nos importa constatar é que, em “Belo Horizonte...”, suas descrições suscitam a ideia de um *locus amoenus*, de um ambiente puro, intocado pela modernidade, apartado da vida urbana e de tudo que a caracteriza. Há nele algo de anterior, de primitivo: a primeira estrela, as crianças, os bichos, a doçura dos rios e das matas.

Em outros momentos, no entanto, Bilac manteve-se fiel aos seus princípios e não abandonou o cientificismo que tanto caracterizava o seu modo de pensar ao descrever o

Curral del Rei. De maneira muito mais objetiva, em certas passagens, a crônica parece se despir do seu ornamento poético (das descrições subjetivas, das figuras retóricas, do apelo ao sublime, da emulação de temas tipicamente associados à literatura) e apresenta dados precisos da geografia local, de modo que o texto perde o caráter literário e se torna mais técnico. Desta forma o narrador descreveu o ribeirão Arrudas, por exemplo: “nasce na serra do Curral a 30 quilômetros da atual povoação [...], e que, tendo, segundo o relatório da comissão de estudos, um volume de águas superior a 2.600 litros por segundo, pode abastecer fartamente uma população de 200.000 habitantes, à razão de mais de 300 litros diários para cada um”. Paráfrase de estudos científicos, excesso de números e até uma operação de divisão: caso observemos apenas essa passagem, o texto de Bilac parece antes uma planilha repleta de dados que uma obra literária. Mas devemos frisar que tal cientificismo, na crônica, está em confronto com a literariedade e com as experiências sublimes, que deformam o real, às vezes, impedindo a objetividade. E essa oposição configura um estilo irregular, estranhíssimo, conflitante: conflito da razão contra o sentimento, no plano literário; conflito da modernidade contra o mundo ancestral e sertanejo, no plano da realidade objetiva que a crônica tematiza. Afinal, o que expressava o cronista viajante por meio de um estilo tão díspar era justamente

o que vivia Minas Gerais: o embate entre o velho, simbolizado por Outro Preto e pelo Curral de Rei, e o novo, cujo emblema seria a futura capital, Belo Horizonte.

A escolha do autor por um estilo de tendência mais romântica, convém observar, parece bastante adequada para a tematização desse conflito: Michel Löwy e Robert Sayre (2015, p. 43), em *Revolta e melancolia*, assinalaram como o Romantismo foi um movimento em que a civilização que o capitalismo criou realizou sua autocrítica. Toma-se o Romantismo aqui, portanto, não como simples escola literária, mas como cosmovisão fundada na crítica à civilização industrial/capitalista moderna a partir de valores sociais e culturais pré-capitalistas (LÖWY; VARIKAS, 1992, p. 202). Ou seja, o Romantismo foi um movimento, ao mesmo tempo, moderno e antimoderno, considerando-se que seus artistas e pensadores contestavam, por meio da subjetividade extremada, as circunstâncias de desencanto em que viviam. Algo que levou muitos deles a idealizar um “mundo anterior”, tal como eram percebidos os sertões.

AMAR O PERDIDO

Escritor urbano e ferrenho defensor do Progresso e da modernização do país, em diversas produções, Olavo Bilac posicionou-se contra elementos associados ao

passado rural e colonial da sociedade brasileira. Como exemplos da defesa do escritor à “modernização conservadora”, citamos, anteriormente, as crônicas “Festa da Penha” (1906) e “Inauguração da avenida” (1905).

Em “Belo Horizonte – a nova capital de Minas”, porém, Bilac aparece em posição bastante inusitada, considerando-se a extensão de sua obra cronística, sem dizer da sua produção poética, sempre caracterizada como “pragmática, objetiva, fria”, nos dizeres de Antonio Simas (2006, p. 60). Pois, nesse texto, em vez de advogar a favor do “progresso”, ele rendeu explícitos elogios ao que poderíamos chamar de mundo arcaico ou de sertão. Considerando, todavia, as crônicas acima mencionadas, que são verdadeiros encômios à destruição do velho e à construção do novo, verdadeiros discursos elegíacos ao “bota-abaixo” e à supressão dos aspectos antigos da sociedade brasileira, podemos admitir que ele se comportou assim pois pretendia exaltar o lugar onde a cidade moderna seria construída. Logo, seus elogios não seriam dirigidos ao Curral del Rei, exatamente, mas ao que ele se tornaria: Belo Horizonte. A pesquisadora Mirella Ribeiro Pinto (2020, p. 103) levantou outra hipótese: ao refugiar-se em Ouro Preto, cidade associada ao “protomártir” Tiradentes, figura exaltada pela República como um símbolo de liberdade, e ao escrever sobre a história e a cultura de

Minas, identificando-a como o berço da nossa nacionalidade, Olavo se apropriava dos símbolos republicanos com o objetivo de assinalar a supressão dos direitos civis e os estados de sítio vigentes à época. Sem descartar a hipótese da pesquisadora, que retornará à discussão no momento das Considerações Finais, podemos conjecturar, também, que ele estivesse efetivamente encantando por aquele arraialzinho e por sua população, o que não estou puramente especulando, afinal, há diversos indícios no texto de que Bilac apreciou o Curral.

E o elemento que mais parece ter encantado o escritor viajante, mais do que a fruição da paisagem natural, mais do que a função dos recursos hídricos ou geológicos e mais do que a história de Minas Gerais, foi a população local. Em certo trecho, o narrador (BILAC, 1996, p. 64) a caracteriza como “alegre, sadia, afável, obsequiadora sem aborrecer, discreta sem matutice, e – [dentre ela havia] principalmente... muitas moças que nada têm de feias”.

Parágrafos à frente, ele (BILAC, 1996, p. 64) torna a elogiar a população feminina do arraial: “à noite, sob um luar claríssimo, depois da novena de S. Sebastião, durante a qual pude admirar os belos olhos das moças [...]”. Já ao descrever o sabor e a forma de algumas frutas plantadas na região, Bilac (1996, p. 64) valeu-se de um tom

extremamente lascivo, comparando-as a mulheres; e concluiu sua analogia mencionando o consolo e a abundância com que aquelas frutas, tão carnudas e doces, brotavam na região. Ao descrever as polpas das laranjas, a grandeza dos abacaxis e o doce das jabuticabas, ele compôs o que parece ser a écfrase de uma cornucópia, objeto que nos remete aos bacanais gregos, e por meio dela sugeriu a descrição de um corpo feminino, o qual denominou “Saudade”, com a sinuosa “S” maiúscula, como se tratasse de um nome próprio, como se nomeasse, ou melhor, chamasse, preservando o segredo, uma pessoa específica, além de relatar o efeito embriagante que um suposto contato libidinoso teria lhe proporcionado.

Quanto a frutas... Fala tu, minha Saudade! Saborosas laranjas de polpa dourada, cheia de um suco divino; enormes jaboticabas negras, negras como olhos de brasileiras e doces como lábios de andaluzas; grandes abacaxis de um amarelo vivo, de um gosto que fica perpetuamente embriagando o paladar, marmelos e bacanas; como direi eu o consolo que me destes e a abundâncias com que brotais daquela terra abençoada?...

Chegada a hora de partir, no entanto, a crônica adquire uma atmosfera estranhamente sombria ou, até mesmo, macabra. Bilac deixou o curral na “hora melancólica do crepúsculo” e, com o vir da noite, a escuridão e o silêncio

desfiguram as formas e os barulhos até então apreendidos, oferecendo-lhes aspectos distorcidos, grotescos, o que perturba os sentidos do viajante. “Pelo crivo da folhagem, entra em ondas o luar, deformando tudo, dando proporções colossais aos menores arbustos” (BILAC, 1996, p. 71). Mas o que provoca maiores estranhamentos são as comparações feitas pelo narrador para caracterizar aquele lugar, agora, sob trevas. Todas elas são relativas à morte, mas não somente. Todas elas são relativas a uma morte bárbara, monstruosa. A um massacre que desfigura os corpos e os torna irreconhecíveis, como se fossem monstros rabelaisianos, paralisando quem os observa, tamanho o horror: “A cabeleira escura de um coqueiro se agita como a cabeça de um decapitado ao toque de uma lança. Há ramos que se retorcem, como braços aflitos. Pendente desta árvore, parece que a sombra de um enforcado oscila, como um pêndulo” (BILAC, 1996, p. 71), descrições tão sombrias como aquelas que surgiriam, alguns anos mais tarde, na prosa de Euclides da Cunha a respeito dos horrores de Canudos.

Mas, por qual motivo, após assinalar os prodígios da paisagem e a doçura das pessoas, Bilac decidiu, subitamente, comparar um coqueiro com a cabeça de um decapitado? Ou ramos de uma árvore com braços aflitos? Por que ele situou, ali, a imagem de um enforcado balançado? São figuras estranhíssimas, que parecem deslocadas da crônica ou, então,

que parecem apontar para um sentido mais profundo dela, que é a aporia em que se encontrava Bilac ao se apaixonar por um lugar que estava prestes a ser arrasado e, ainda, ao escrever um panegírico das forças destruidoras.

O momento da partida, o ocaso, por ser a passagem do dia para a noite, ou seja, da luz para as trevas, é tradicionalmente associado à morte. Situar a sua despedida do Curral del Rei no crepúsculo não seria, portanto, uma escolha fortuita: gostaria de defender, aqui, a tese de que Bilac teria constatado a destruição do arraialzinho de águas correntes, de quiabos com abóbora e de mulheres com belos olhos pelas forças do “progresso”, e soube que jamais reencontraria aqueles prazeres. Após partir, o que conheceu e amou deixaria de existir. A metáfora do enforcado oscilando como um pêndulo, que é composta pelo amálgama de duas imagens diferentes (o relógio e o cadáver), reforça esse sentido, indicando que a hora da morte chegara para os curralenses. Já as demais figuras, a cabeça decapitada e os braços convulsionando-se, compõem um cenário grotesco, enfatizando o sentimento de horror experimentado pelos locais e, quem sabe, também apontando para o arrependimento do cronista viajante, cujo cavalo, ao deixar o Curral, assustou-se “diante das manchas negras e movediças” (BILAC, 1996, p. 71-72), e recuou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto de transferência da capital de Minas e a “modernização conservadora”, conforme denominou José Murilo de Carvalho os destrutivos esforços de modernização do país, foram objetos de análise deste artigo em seus momentos iniciais; o que nos permitiu constatar como, à época de vida de Bilac, as oligarquias em processo de aburguesamento atuaram, por meio do Estado brasileiro, com vistas a exterminar elementos “arcaicos” da nossa sociedade. Vimos, também, como o escritor empenhou-se na defesa desses projetos, criticando elementos “coloniais” ou “populares” e defendendo, verticalmente, um afrancesamento dos nossos costumes e paisagens.

Mas, em “Belo Horizonte – a nova capital de Minas”, encontramos uma curiosa exceção na obra de Bilac. Seu caráter particular advém do tema da viagem aos sertões, bem como da qualidade do seu narrador, cujo *ethos* romântico mostra-se bastante inclinado a conhecer e a apreciar aquele lugar. A sua voracidade ao devorar o banquete mineiro, composto por couve, lombo de porco, bife, quiabo, abóbora e angu, aliás, espantou os companheiros de viagem, acostumados com um Bilac de gostos afrancesados, e não com aquele viajante mais parecido com o que viria a ser o buliçoso Mário de Andrade, detentor de uma fome antropofágica. E o mesmo se pode dizer a

respeito do indiscreto Bilac que devora as frutas, propondo-as como metáforas para o corpo feminino.

Com relação às buscas por aventuras, o narrador oferece-nos, dentre outros temas, um conteúdo de excessos e de sublime tipicamente romântico. Tais experiências, a propósito, distorcem a visão/intelecção do narrador, limitando a sua possibilidade de abstrair objetivamente a realidade. Ele (1996, p. 63) admite que os seus olhos “criados e educados no Rio, entre as casas apertadas da rua do Ouvidor, não se cansam de admirar” aquela “região selvagem”, descrita também como um “cenário de magia” (BILAC, 1996, p. 71), cuja inspiração mística o encanta, porém, o confunde. Bilac, então, percebe-se contrariado. O que ele defende, racionalmente, destruirá as coisas que, pelas vias sensíveis, ele provou e amou. Sentimento que se extrema nos momentos finais do texto, quando tudo parece aludir à figura de cadáveres, analogia que pode ter sido motivada por uma consciência da morte: a morte do Curral e de seus prazeres antecipada pelo cronista viajante.

Não teríamos, aí, um anteato de *Os Sertões*? Afinal, como já vimos, no mesmo ano em que Belo Horizonte foi inaugurada, Euclides da Cunha viajou a Canudos. Ao conhecer a cidadela de Antônio Conselheiro e testemunhar o extermínio dos seus seguidores, o escritor reviu diversas

posições anteriormente assumidas, e a obra que ele redigiu ao longo dos cinco anos seguintes, obra repleta de contradições, evidencia esse momento de clivagem no seu pensamento. Pois, a partir dela, Euclides afastou-se do cientificismo positivista, da ideologia do progresso e dos nacionalismos, aproximando-se do socialismo e da defesa das populações tradicionais do país.

Não teria Bilac, em alguma medida, experimentado algo similar, pendendo, porém, na sua trajetória subsequente, para o discurso hegemônico?

A conclusão que podemos atingir é esta, portanto: conforme assinalou Mirella Ribeiro Pinto (2020), era oportuno para Bilac exaltar símbolos republicanos (como o estado de Minas, que alude à figura de Tiradentes) no momento em que o governo jacobino o perseguia, ironizando a falta de liberdade em função dos estados de sítio, assim como disputando o uso e o significado desses mesmos símbolos. Por isso, na vigência do seu autoexílio, o escritor valorizou certos elementos da cultura mineira, da cultura caipira, uma vez que os sertões seriam, conforme promovia a vertente regionalista da literatura, o berço da nossa nacionalidade e a Inconfidência (1789), da nossa liberdade. Passada a ditadura florianista, porém, Bilac deixou Ouro Preto, bem como, na sua produção

jornalística, distanciou-se dos temas mais idílicos, tornando-se favorável, como atestam suas publicações no contexto do governo de Pereira Passos (1902-1906), feito “Inauguração da avenida” e “A festa da Penha”, dentre outros, a uma “des-caipirização” da sociedade brasileira.

Diferentemente de Euclides, portanto, e de tantos outros intelectuais, como Raul Pompéia, Graça Aranha e Alberto Rangel, ou até mesmo em uma trajetória oposta à cumprida pelo autor de *Os Sertões*, Bilac não experimentou um arrependimento com relação à República (com efeito, em 1906, o poeta compôs a letra para o Hino à Bandeira e, a partir de 1908, despediu-se das redações jornalísticas para dedicar-se, em viagens oficiais, à campanha pelo serviço militar obrigatório), mesmo tendo sido preso e perseguido por ela; de sorte que os seus textos políticos tornaram-se, posteriormente, favoráveis à “modernização conservadora” promovida pelo Estado, ainda que esta atentasse contra as populações socialmente vulneráveis, como foram os curralenses.

Observe-se, por fim, que, quase uma década após sua viagem ao Curral del Rei, em 24 de maio de 1903, Bilac (1996, p. 28) lembrou-se do velho arraialzinho, e, sem qualquer traço de nostalgia ou de arrependimento, louvou a chegada do “progresso” aos sertões mineiros:

Em nove anos, um taumaturgo, um milagreiro, um mágico transformou aquele pacífico e tristonho lugarejo em uma esplêndida cidade. Aplainou-se o solo, destruiu-se o mato virgem, a locomotiva acordou os ecos da Serra, canalizou-se a água, e os palácios saíram da terra, esplendendo ao sol.

Esse taumaturgo tem um nome feminino: chama-se A Coragem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. “O livro que abalou o Brasil: a consagração de ‘Os sertões’ na virada do século”. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Vol. V (suplemento). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, p. 93-115, julho de 1998.

ASSIS, Machado de. Crônica. A semana. **Gazeta de Notícias**. 16 de abril de 1893.

ASSIS, Machado de. Crônica. A semana. **Gazeta de Notícias**. 28 de janeiro de 1894.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva**, vol. 2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

BARRETO, Lima. “Os matadores de mulheres”. In: RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel. **Toda Crônica**. Rio de Janeiro: Agir, 2004, p. 325.

BILAC, Olavo. A coragem de Minas. In: ARAÚJO, Laís Corrêa de. **A Sedução do Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

BILAC, Olavo. Belo Horizonte – a nova capital de Minas. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Belo Horizonte: a cidade escrita**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ed. UFMG, p. 60-72, 1996.

BILAC, Olavo. A festa da Penha. **Kosmos**, ano III, n. 10, outubro de 1906, n.p..

BILAC, Olavo. Crônica. In: DIMAS, Antonio (org.). BILAC, o Jornalista. Vol. I. São Paulo: Edusp, 2006, p. 451-457.

BILAC, Olavo. Crônica. In: DIMAS, Antonio (org.). BILAC, o Jornalista. Vol. I. São Paulo: Edusp, 2006, p. 733-735.

BILAC, Olavo. Crônica. **O Estado de São Paulo**, 15 de janeiro de 1898, n.p..

BILAC, Olavo. Inauguração da avenida. **Gazeta de Notícias**, 19 de novembro de 1905, p. 3.

BILAC, Olavo. Marília. In: **Chronicas e novellas**. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1984.

BILAC, Olavo. Prefácio. In: **Chronicas e novellas**. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1984.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de achamento do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

CANDIDO, Antonio. **Tese e antítese**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.

CURY, Maria Zilda. **A utopia da modernidade**. Brasília: Edições Carolina, 2017.

CURY, Maria Zilda. Pátria amada, pátria amarga: momentos da ideia de nação. **Ensaios de Semiótica: cadernos de Teoria da Literatura**. V. 28-30. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1994, p. 133-142.

DIMAS, Antonio. **Bilac, o jornalista**. São Paulo: Edusp, 2006.

FÓSCOLO, Avelino. **A capital**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A alma do tempo**. São Paulo: José Olympio, 1961.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: 1995.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **A invenção do Nordeste**. São Paulo: Cortez, p. 13-19, 2011.

LISBOA, Henriqueta. **Belo Horizonte bem querer**. Belo Horizonte: Eddal, 1972, p. 33.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade**. São Paulo: ed. Boitempo, 2015.

LÖWY, Michael; VARIKAS, Eleni. A crítica do progresso em Adorno. **Lua nova: revista de cultura e política**. N. 27-92. São Paulo, p. 201-215, 1992.

MARQUES, Juliana Cardoso. **O desaparecimento do arraial e algumas crônicas do fim do mundo**. 2022. 184 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um outro geográfico. **Terra Brasilis**, v. 4, n. 5, 2003.

NAVA, Pedro. **Beira-mar**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2003.

PINTO, Mirella Ribeiro. **Entre crônicas e folhetins: a literatura de Olavo Bilac e a repressão de Floriano Peixoto à imprensa (1893-1894)**. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

RIANCHO, Alfredo Camarate. Por Montes e Vales. In. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, ano XXXVI. P. 23-198. 1985.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais**. Paris: Gallica BnF, 1830.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 104-117.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza: A vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt**. São Paulo: Crítica, 2019.

Recebido: 11/04/2024

Aceito: 11/03/2025